



# **AÇÃO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA**

## **CONTENCIOSO DOS PLANOS URBANÍSTICOS**

**ESPECIAL CONFORMAÇÃO DA AÇÃO PROPOSTA  
PELO MINISTÉRIO PÚBLICO**

# 1. ENQUADRAMENTO

- **A Impugnação de normas como corolário do princípio da tutela efetiva (artigo 2.º do CPTA)**
- **A revisão do CPTA de 2015 (DL 214-G/2015, de 2/10)**
- **Aspetos a desenvolver:**
  - **Meio processual**
  - **Tribunal competente**
  - **Prazo de interposição da ação**
  - **Âmbito do contencioso das normas**
  - **A ação de impugnação de normas. Objeto, pressupostos, legitimidade e efeitos da sentença**
  - **A ação de condenação à emissão de normas. Pressupostos legitimidade e efeitos da sentença**
  - **A Tutela cautelar**
  - **Síntese sobre a intervenção do Ministério Público**

## **2. MEIO PROCESSUAL**

- **Ação administrativa**
  - **Normas [subsistentes] do bloco de disposições gerais dos artigos 37.º a 48.º do CPTA**
  - **Disposições particulares desta subespécie:**
    - **Artigos 72.º a 76.º – Impugnação de normas**
    - **Artigo 77.º do CPTA – Condenação à emissão de normas**

### **3. TRIBUNAL COMPETENTE EM RAZÃO DO TERRITÓRIO**

- **Artigo 16.º do CPTA (regra geral):**
  - **Tribunal da área da residência habitual ou da sede do autor ou da maioria dos autores**
- **Exceção do artigo 20.º n.º 1 do CPTA:**
  - **Tribunal da área da sede da entidade demandada, se for Regiões Autónomas e das autarquias locais, assim como das entidades por elas instituídas, e das pessoas coletivas de utilidade pública.**

## 4. PRAZOS

- **PRAZO-REGRA: A todo o tempo (artigo 74.º n.º 1 do CPTA)**
- **SEIS MESES: em casos de ilegalidade formal ou procedimental (artigo 74.º n.º 1 do CPTA):**
  - De que não resulte inconstitucionalidade
  - Nem seja caso de falta absoluta de forma legal;
  - Nem de preterição de consulta pública exigida por lei.

## **5. ÂMBITO DO CONTENCIOSO DAS NORMAS**

### **5.1. Aspectos gerais**

### **5.2. A AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE NORMAS**

#### **5.2.1. Objeto (cf. artigos 72.<sup>o</sup> e 73 do CPTA):**

- A ação de impugnação de normas com pedido de ilegalidade com força obrigatória geral: normas administrativas imediatamente operativas, por vícios que não sejam de constitucionalidade;**
- A ação de impugnação de normas com pedido de recusa de aplicação no caso concreto: normas administrativas imediatamente operativas por vícios de constitucionalidade e as normas administrativas sem efeitos imediatos.**

# **5. ÂMBITO DO CONTENCIOSO DAS NORMAS**

## **5.2. A AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE NORMAS**

**5.2.3. Pressupostos e legitimidade ativa facultativa (cf. artigo 73.º n.ºs 1, 2 e 3 do CPTA):**

- Normas administrativas imediatamente operativas, por vícios que não sejam de constitucionalidade / o M.P. pode pedir a declaração de ilegalidade com força obrigatória geral, sem dependência de ato concreto de aplicação (n.º 1);**
- Normas administrativas imediatamente operativas por vícios de constitucionalidade / o M. P. pode pedir a recusa de aplicação com efeitos circunscritos ao caso concreto (n.º 2);**
- Normas administrativas sem efeitos imediatos/ o M. P. pode pedir a recusa de aplicação no caso concreto, a título incidental em processo de impugnação de ato de aplicação da norma (n.º 3).**

# **5. ÂMBITO DO CONTENCIOSO DAS NORMAS**

## **5.2. A AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE NORMAS**

### **5.2.2. Pressupostos e legitimidade ativa obrigatória (cf. artigo 73.º n.ºs 4 e 5 do CPTA):**

- Existência de três decisões de desaplicação de uma norma com fundamento na sua ilegalidade / o M. P. tem obrigatoriamente que pedir a declaração de ilegalidade com força obrigatória geral (artigo 73.º n.º 4, 1.ª parte);**
- Decisões de primeira instância que declarem a ilegalidade com força obrigatória geral / o M. P. tem obrigatoriamente que interpor recurso (artigo 73.º n.º 4, 2.ª parte).**



# 5. ÂMBITO DO CONTENCIOSO DAS NORMAS

## 5.2. A AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE NORMAS

### 5.2.3. Efeitos das sentenças:

- De declaração de ilegalidade com força obrigatória geral (cf. artigo 76.º do CPTA):
  - REGRA (n.º 1)
    - Vício originário: efeitos retroagem à data da entrada em vigor da norma;
    - vício superveniente: efeitos retroagem à data em que o vício atingiu a norma.
  - EXCEÇÕES (n.ºs 2, 3 e 4)
    - A partir do trânsito, por decisão do Tribunal (n.º 2), mas podendo ter efeitos retroativos circunscritos ao caso concreto (n.º 3);
    - Efeitos retroativos, mas que não afetam o caso julgado e o caso decidido, exceto se a norma for sancionatória e de conteúdo menos favorável ao particular (n.º 4);
    - Efeitos retroativos, mas que não afetam o caso julgado e o caso decidido, exceto se a norma for sancionatória e de conteúdo mais favorável ao particular (n.º 4).

# **5. ÂMBITO DO CONTENCIOSO DAS NORMAS**

## **5.2. A AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE NORMAS**

### **5.2.3. Efeitos das sentenças:**

- **De recusa de aplicação ao caso concreto (cf. artigo 72.º do CPTA):**
  - A partir do trânsito, circunscritos ao caso concreto;
  - Efeito específico à terceira decisão: obrigatoriedade para o M. P. de impugnar a norma com pedido de declaração de ilegalidade com força obrigatória geral;
  - Efeito específico de decisões de não aplicação das normas proferidas nos termos do n.º 2 do artigo 72.º do CPTA: fundamento para suscitar a inconstitucionalidade perante o Tribunal Constitucional.

## **5. ÂMBITO DO CONTENCIOSO DAS NORMAS**

### **5.3. A AÇÃO DE CONDENAÇÃO À EMISSÃO DE NORMAS**

#### **5.3.1. Legitimidade ativa (artigo 77.º n.º 1):**

- Ministério Público;**
- Demais pessoas e entidades defensoras dos interesses referidos no n.º 2 do artigo 9.º do CPTA;**
- Presidentes de órgãos colegiais, em relação a normas omitidas pelos respetivos órgãos (novidade da revisão de 2015);**
- Quem alegue um prejuízo diretamente resultante da situação de omissão.**

## 5. ÂMBITO DO CONTENCIOSO DAS NORMAS

### 5.3. A AÇÃO DE CONDENAÇÃO À EMISSÃO DE NORMAS

#### 5.3.2. Pressupostos [cumulativos] (artigo 77.º n.º 1):

- *A emissão de normas ser considerada, sem margem de dúvida, como exigência da lei;*
- *A existência de um ato legislativo que careça de regulamentação para ser exequível.*
- *Que a obrigação de regulamentar se tenha tornado exigível, por ter decorrido o prazo para efetuar a regulamentação.*

## **5. ÂMBITO DO CONTENCIOSO DAS NORMAS**

### **5.3. A AÇÃO DE CONDENAÇÃO À EMISSÃO DE NORMAS**

#### **5.3.3. Efeitos das sentenças:**

- **Constituição da Administração na obrigatoriedade concreta de emitir a norma no prazo fixado.**
- **Possibilidade de aplicação de sanção compulsória.**

## 6. TUTELA CAUTELAR

- **Providência cautelar nominada (artigos 112.º n.º 2, alínea a), 2.ª parte e 130.º do CPTA);**
- **Atribuição de legitimidade apenas ao M. P. e aos autores populares para pedir a suspensão, com força obrigatória geral quando também o pedido principal for de declaração de ilegalidade com força obrigatória geral (artigo 130.º n.º 2);**
- ***[Quando requerida pelos particulares lesados os efeitos suspensivos circunscrevem-se ao seu caso, ainda que o pedido principal seja de declaração de ilegalidade com força obrigatória geral (artigo 130.º n.º 1)].***

## **6. SÍNTESE SOBRE A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

- a) Requerer a declaração de ilegalidade com força obrigatória geral de norma imediatamente operativa (por vícios que não sejam de constitucionalidade), sem dependência de um ato administrativo ou jurisdicional de aplicação [artigo 73.º n.º 1];**
- b) Requerer a declaração de ilegalidade, com pedido de desaplicação de norma imediatamente operativa por vícios de constitucionalidade, com efeitos circunscritos ao caso concreto (artigo 73.º n.º 2);**
- c) Suscitar a questão da ilegalidade de norma cujos efeitos não se produzam imediatamente, no processo dirigido contra o ato de aplicação, a título incidental, pedindo a desaplicação da norma [artigo 73.º n.º 3];**
- d) Obrigatoriamente, pedir a declaração de ilegalidade com força obrigatória geral quando tenha conhecimento de três decisões de desaplicação de uma norma com fundamento na sua ilegalidade,[artigo 73.º n.º 4, 1.ª parte];**

*(Continua)*

## **6. SÍNTESE SOBRE A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*(Continuação)*

- d) Também por imperativo da própria lei processual, recorrer de todas as decisões de primeira instância, proferidas em ações de que seja autor e em ações interpostas por terceiros que declarem a ilegalidade com força obrigatória geral [artigo 73.º n.º 4, 2.ª parte];**
- e) Requerer ao tribunal que aprecie e verifique a existência de situações de ilegalidade por omissão das normas cuja adoção, ao abrigo de disposições de direito administrativo, que seja necessária para dar exequibilidade a atos legislativos carentes de regulamentação [artigo 77.º n.º 1];**
- f) Requerer a suspensão da eficácia, com força obrigatória geral, dos efeitos de qualquer norma em relação à qual tenha deduzido ou se proponha deduzir pedido de declaração de ilegalidade com força obrigatória geral [artigo 130.º n.º 1].**